

Resolução sobre o Estado de Direito

Nós, os representantes das Ordem dos Advogados, reunidos em Viena por ocasião da 48ª Conferência dos Presidentes Europeus em 21 de Fevereiro de 2020, associamo-nos a todos os juízes, procuradores e advogados, para instar as Instituições Europeias e as autoridades nacionais a fazerem pleno uso das ferramentas legais disponíveis para salvaguardar e restaurar a independência do sistema judicial e da administração da justiça na Europa.

Apelamos às instituições da UE e às autoridades nacionais para que mantenham a estrita autonomia e independência das ordens e das profissões jurídicas, incluindo as entidades judiciárias, especialmente no que se refere a processos disciplinares. Isto inclui, em particular, a utilização de procedimentos de infração acelerados e o pedido de medidas provisórias no Tribunal de Justiça da União Europeia.

Sublinhamos que os advogados não permanecerão em silêncio e continuarão a apoiar-se e a unir-se face aos desafios atuais do populismo e das violações do Estado de Direito.

Expressamos todo o nosso apoio aos membros das profissões jurídicas polacas - alvos de medidas disciplinares repressivas – apoiados por colegas de mais de 20 outros países europeus, que levantaram as suas vozes em Varsóvia durante a chamada "marcha das 1.000 togas" em meados de Janeiro de 2020.

Neste contexto, reuniremos em Bruxelas, na Bélgica, para uma “marcha das Togas Europeias” entre 24 e 26 de Junho de 2020, para expressar no coração da Europa, o nosso compromisso com o Estado de Direito, com a separação de poderes, com um poder judiciário independente e com os direitos fundamentais. Como representantes das Associações de Advogados dos nossos países, convidamos antes de tudo a ampla família jurídica, todos os nossos colegas Advogados, juízes e procuradores a juntarem-se a nós como sinal evidente desse apoio.

As violações da democracia, do Estado de direito e as violações dos direitos fundamentais, não serão toleradas.